



Tribunal Regional Eleitoral do Acre

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Relatório de
Gestão 2021



Declaração do contador

A Seção de Contabilidade (SECON) faz parte da Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN), que pertence à Secretária de Administração, Orçamento e Finanças, de acordo com a Resolução TRE-AC nº.1.215, 12 de julho de 2017 (Regimento Interno da Secretária).

A unidade é composta por três servidores, dois ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Especialidade Contabilidade, Igor Chaves de Medeiros e Jonathas Santos Almeida de Carvalho, que ocupam, respectivamente, desde 15/09/2021 as funções de Contador Responsável e Contador Responsável substituto – designados pela Portaria Presidência nº 181/2021, e por servidora ocupante do cargo de Técnica Judiciária – Área Administrativa, Renata Nogueira Colaça Pires.

Declaração

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE/AC).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

- a) A conta de Bens Móveis (valor original e depreciação acumulada) apresentam registro de veículos alienados em 2019, mas que permaneciam contabilizados ao término dos exercícios de 2020 e 2021. Com a comunicação do fato à Seção de Contabilidade em 2022, após o fechamento do SIAFI 2021, a baixa já foi efetuada;
- b) Permanência de registro no passivo de valores retidos de fornecedores para possível aplicação de penalidade datados de 2017, 2018, 2019 e 2020, ainda pendentes de destinação. O Secretário de Administração, Orçamento e Finanças foi cientificado acerca dessa ocorrência e está empreendo esforços para solução no exercício de 2022;
- c) Está pendente de conclusão a prestação de contas de suprimento de fundos concedido no exercício de 2020, houve questionamento por parte do suprido sobre quem seria o responsável pela devolução de recurso cuja despesa não foi aprovada. O tema está sendo discutido em sede de recurso administrativo;
- d) Incoerência de DDR (Disponibilidade por Destinação de Recurso) ocasionada pela compensação de tributos. A folha de pagamento onde ocorreu a compensação ainda não pôde ser paga, está sendo discutido judicialmente o beneficiário do recurso decorrente do falecimento de uma servidora. Dessa forma, as contas de DDR estão apresentando saldo superior ao liquidado. A STN, no exercício de 2022, encaminhou orientação para solucionar a inconsistência.

Rio Branco-AC, 09 de fevereiro de 2021

Igor Chaves de Medeiros
CRC nº 001582/O-6
Contador Responsável

Apresentação

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre, com a competência que lhe é atribuída pelo art. 96, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal e pelos arts. 29 e 30 da Lei nº 4.737, de 15/7/1965 (Código Eleitoral), é um órgão do segmento especializado Justiça Eleitoral, componente do Poder Judiciário da União, com sede na Alameda Ministro Miguel Ferrante, 224, Bairro Portal da Amazônia – Rio Branco/AC.

Tem por missão garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

Tendo como visão de futuro ser modelo de eficiência na prestação dos serviços jurisdicionais e administrativos e na conscientização política da sociedade.

Realiza, dentre outras atribuições, o alistamento, a organização dos pleitos eleitorais, a fiscalização da propaganda eleitoral, a apuração dos votos, a diplomação dos eleitos, julga os crimes eleitorais, as ações objetivando a cassação do registro, do diploma ou do mandato dos candidatos eleitos ou a declaração de inelegibilidade.

O TRE/AC possui jurisdição em todo o Estado do Acre, estando dividido em 9 zonas eleitorais. Na capital existe um fórum eleitoral onde funcionam os cartórios das 1ª e 9ª zonas. Nos demais municípios (que não possuem Cartório Eleitoral) existe um Posto de Atendimento ao Eleitor.

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Quadro principal

Em R\$ 1,00

ATIVO	NE	2021	2020	PASSIVO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		1.043.782,15	958.397,69	PASSIVO CIRCULANTE		1.453.602,33	2.030.248,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	393.177,93	235.682,45	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	09	1.389.505,42	1.646.572,13
Créditos a Curto Prazo	02	227.221,86	402.490,70	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	10	49.646,65	294.040,96
Estoques	03	379.281,40	307.689,45	Demais Obrigações a Curto Prazo	11	14.450,26	89.635,42
VPDs Pagas Antecipadamente	04	44.100,96	12.535,09				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		76.661.769,78	67.807.297,36	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Imobilizado	05	76.328.721,83	67.474.249,41				
Bens Móveis	06	7.881.928,55	6.334.306,44	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.453.602,33	2.030.248,51
Bens Móveis		17.486.811,47	15.068.346,56				
(-) Depreciação Acum. de Bens Móveis		-9.604.882,92	-8.734.040,12	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Imóveis	07	68.446.793,28	61.139.942,97	Resultados Acumulados		76.251.949,60	66.735.446,54
Bens Imóveis		68.819.866,91	61.508.736,08	Resultado do Exercício		9.287.014,24	15.192.392,18
(-) Depreciação Acum. de Bens Imóveis		-373.073,63	-368.793,11	Resultados de Exercícios Anteriores		66.735.446,54	51.546.949,27
Intangível	08	333.047,95	333.047,95	Ajustes de Exercícios Anteriores	12	229.488,82	-3.894,91
Softwares		582.795,95	582.795,95	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		76.251.949,60	66.735.446,54
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-249.748,00	-249.748,00				
TOTAL DO ATIVO		77.705.551,93	68.765.695,05	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		77.705.551,93	68.765.695,05

Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	393.177,93	235.682,45	PASSIVO FINANCEIRO	5.115.435,23	11.325.305,83
ATIVO PERMANENTE	77.312.374,00	68.530.012,60	PASSIVO PERMANENTE	1.386.351,87	1.641.589,21
			SALDO PATRIMONIAL	71.203.764,83	55.798.800,01

Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.915.280,44	2.969.171,51	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.490.748,44	14.446.959,53
Atos Potenciais Ativos	2.915.280,44	2.969.171,51	Atos Potenciais Passivos	6.490.748,44	14.446.959,53
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.915.280,44	2.969.171,51	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	800,00	-
			Obrigações Contratuais	6.489.948,44	14.446.959,53
TOTAL	2.915.280,44	2.969.171,51	TOTAL	6.490.748,44	14.446.959,53

Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.799.618,46
Recursos Vinculados	77.361,16
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	77.361,16
TOTAL	-4.722.257,30

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

R\$ 1,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		123.157.246,75	80.664.154,09
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		3.414,20	5.018,61
Juros e Encargos de Mora		3.414,20	5.018,61
Transferências e Delegações Recebidas		66.972.641,47	71.851.971,74
Transferências Intragovernamentais	13	61.952.428,86	69.450.424,88
Outras Transferências e Delegações Recebidas	14	5.020.212,61	2.401.546,86
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		55.902.867,17	8.414.255,84
Reavaliação de Ativos		-	6.915.260,79
Ganhos com Alienação		41.991,64	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	15	55.860.875,53	1.496.760,81
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	2.234,24
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		278.323,91	392.907,90
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	16	278.323,91	392.907,90
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		113.870.232,51	65.471.761,91
Pessoal e Encargos	17	38.904.939,11	42.022.763,31
Remuneração a Pessoal		30.997.645,72	34.070.916,61
Encargos Patronais		5.094.772,34	5.409.958,84
Benefícios a Pessoal		1.694.303,56	1.777.478,57
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		1.118.217,49	764.409,29
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		6.466.199,23	6.647.199,43
Aposentadorias e Reformas		3.949.144,59	4.059.017,24
Pensões		1.286.924,26	1.381.078,62
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.230.130,38	1.207.103,57
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18	7.407.505,31	10.467.214,09
Uso de Material de Consumo		265.366,00	777.955,92
Serviços		5.962.764,71	8.146.267,50
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.179.374,60	1.542.990,67
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas	19	3.829.064,61	2.690.262,44
Transferências Intragovernamentais		502.619,63	497.726,51
Outras Transferências e Delegações Concedidas		3.326.444,98	2.192.535,93
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		57.171.824,15	3.550.819,06
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	130.472,17
Incorporação de Passivos		-	3.766,26
Desincorporação de Ativos	20	57.171.824,15	3.416.580,63
Tributárias		35.363,70	64.604,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.863,72	38.198,96
Contribuições		27.499,98	26.405,41
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		55.336,40	28.899,21
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		55.336,40	28.899,21
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	21	9.287.014,24	15.192.392,18

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

Receitas

R\$ 1,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DEFICIT		-	-	56.663.822,99	56.663.822,99
TOTAL	22	-	-	56.663.822,99	56.663.822,99
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	557.959,00	-	-557.959,00
Créditos Cancelados		-	557.959,00	-	-

Despesas

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	23	55.992.400,00	53.880.517,00	52.258.246,31	51.263.307,70	51.259.172,30	1.622.270,69
Pessoal e Encargos Sociais		44.137.245,00	44.083.492,00	42.951.218,31	42.276.005,73	42.276.005,73	1.132.273,69
Outras Despesas Correntes		11.855.155,00	9.797.025,00	9.307.028,00	8.987.301,97	8.983.166,57	489.997,00
DESPESAS DE CAPITAL		1.802.639,00	4.472.481,00	4.405.576,68	1.482.094,19	1.482.094,19	66.904,32
Investimentos		1.802.639,00	4.472.481,00	4.405.576,68	1.482.094,19	1.482.094,19	66.904,32
SUBTOTAL DAS DESPESAS		57.795.039,00	58.352.998,00	56.663.822,99	52.745.401,89	52.741.266,49	1.689.175,01
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		57.795.039,00	58.352.998,00	56.663.822,99	52.745.401,89	52.741.266,49	1.689.175,01
TOTAL	24	57.795.039,00	58.352.998,00	56.663.822,99	52.745.401,89	52.741.266,49	1.689.175,01

Anexo 1 - demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.241,62	1.371.708,00	932.245,87	931.255,87	438.721,53	3.972,22
Pessoal e Encargos Sociais	-	478.193,58	430.571,95	430.571,95	47.621,63	-
Outras Despesas Correntes	2.241,62	893.514,42	501.673,92	500.683,92	391.099,90	3.972,22
DESPESAS DE CAPITAL	-	9.564.069,13	7.750.817,38	7.750.817,38	641.538,68	1.171.713,07
Investimentos	-	9.564.069,13	7.750.817,38	7.750.817,38	641.538,68	1.171.713,07
TOTAL	2.241,62	10.935.777,13	8.683.063,25	8.682.073,25	1.080.260,21	1.175.685,29

Anexo 2 - Demonstrativo de execução restos a pagar processados e não processados liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	13.372,38	57.613,71	58.441,28	-	12.544,81
Pessoal e Encargos Sociais	6.071,01	-	-	-	6.071,01
Outras Despesas Correntes	7.301,37	57.613,71	58.441,28	-	6.473,80
DESPESAS DE CAPITAL	36,72	300.230,81	297.994,02	-	2.273,51
Investimentos	36,72	300.230,81	297.994,02	-	2.273,51
TOTAL	13.409,10	357.844,52	356.435,30	-	14.818,32

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

INGRESSOS	NE	2021	2020	DISPÊNDIOS	NE	2021	2020
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		56.663.822,99	80.232.774,76
Ordinárias		-	-	Ordinárias		50.215.671,87	73.496.082,05
Vinculadas		-	-	Vinculadas		6.448.151,12	6.736.692,71
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.212.082,23	1.203.807,32
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-	Previdência Social (RPPS)		5.236.068,89	5.239.799,64
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			293.085,75
Transferências Financeiras Recebidas	25	61.952.428,86	69.450.424,88	Transferências Financeiras Concedidas		502.619,63	497.726,51
Resultantes da Execução Orçamentária		56.594.415,62	69.138.290,96	Resultantes da Execução Orçamentária		-	99.800,00
Sub-repasso Recebido		56.594.415,62	69.138.290,96	Repasso Concedido			99.800,00
Independentes da Execução Orçamentária		5.358.013,24	312.133,92	Independentes da Execução Orçamentária		502.619,63	397.926,51
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		5.355.713,24	312.133,92	Movimento de Saldos Patrimoniais	26	502.619,63	397.926,51
Demais Transferências Recebidas		800,00		Aporte ao RPPS		-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.500,00		Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários	26	4.459.087,53	11.786.625,56	Pagamentos Extraorçamentários	27	9.087.578,29	1.039.903,54
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		4.135,40	355.446,63	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		356.435,30	55.719,40
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		3.918.421,10	10.935.777,13	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		8.682.073,25	899.489,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		35.411,40	97.475,29	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		49.069,74	84.694,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários		501.119,63	397.926,51	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Arrecadação de Outra Unidade		501.119,63	397.926,51				
Saldo do Exercício Anterior		235.682,45	769.036,82	Saldo para o Exercício Seguinte		393.177,93	235.682,45
Caixa e Equivalentes de Caixa		235.682,45	769.036,82	Caixa e Equivalentes de Caixa		393.177,93	235.682,45
TOTAL		66.647.198,84	82.006.087,26	TOTAL		66.647.198,84	82.006.087,26

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.688.401,07	12.323.315,65
INGRESSOS	62.488.959,89	69.945.826,68
Outros Ingressos Operacionais	62.488.959,89	69.945.826,68
Ingressos Extraorçamentários	35.411,40	97.475,29
Transferências Financeiras Recebidas	61.952.428,86	69.450.424,88
Arrecadação de Outra Unidade	501.119,63	397.926,51
DESEMBOLSOS	-52.800.558,82	-57.622.511,03
Pessoal e Demais Despesas	-47.073.611,80	-51.560.663,90
Judiciário	-41.837.542,91	-46.120.425,60
Previdência Social	-5.236.068,89	-5.440.238,30
Transferências Concedidas	-5.175.257,65	-5.479.425,96
Intragovernamentais	-5.175.257,65	-5.479.425,96
Outros Desembolsos Operacionais	-551.689,37	-582.421,17
Dispêndios Extraorçamentários	-49.069,74	-84.694,66
Transferências Financeiras Concedidas	-502.619,63	-497.726,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.530.905,59	-12.856.670,02
DESEMBOLSOS	-9.530.905,59	-12.856.670,02
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9.528.787,11	-12.855.370,02
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.118,48	-1.300,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	157.495,48	-533.354,37
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	235.682,45	769.036,82
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	393.177,93	235.682,45

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

em R\$ 1,00

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	66.735.446,54	-	66.735.446,54
Ajustes de Exercícios Anteriores	229.488,82	-	229.488,82
Resultado do Exercício	-	9.287.014,24	9.287.014,24
Saldo Final do Exercício 2021	66.964.935,36	9.287.014,24	76.251.949,60

Base para a preparação das demonstrações contábeis e notas explicativas

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Tribunal foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, da Lei nº. 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações das contas contábeis da unidade gestora 070002 – Tribunal Regional Eleitoral do Acre, administração direta, que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Considerando as premissas dos normativos vigentes e do modelo do PCASP, a seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotadas no Tribunal Regional Eleitoral do Acre:

a. Moeda funcional

A moeda funcional do Tribunal Regional Eleitoral do Acre é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330, de 18 de março de 2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069, de 29 de junho 1995. Não há saldos registrados em moeda estrangeira.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São os valores em caixa (“conta única”), depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, cuja contrapartida é uma conta de resultado.

c. Créditos e valores a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, mensurados pelo valor original, relacionados, principalmente, a: (i) valores de adiamento referentes à folha de pagamento, (ii) à concessão de Suprimento de Fundos e (iii) créditos a receber por devolução de despesas.

d. Estoques

Compreendem o saldo das mercadorias em almoxarifado. Na entrada os bens são avaliados pelo valor de aquisição e na saída pelo custo médio ponderado, conforme determinação do art. 106 da Lei nº 4.320/1964 e NBC TSP 04/2016.

e. Despesas pagas antecipadamente

Representa o pagamento de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo, os quais são registrados observando a competência e oportunidade, por seu valor original.

f. Imobilizado

O Ativo Imobilizado do Tribunal é contabilizado de acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado. Os bens classificados como ativo imobilizado são os móveis e imóveis, incluindo os gastos adicionais ou complementares. Eles são inicialmente mensurados com base no valor de aquisição, produção ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens recebidos em doação (em regra, encaminhados por outros TRES ou pelo TSE) são registrados pelos valores brutos contabilizados pelo doador, sendo a depreciação acumulada também levada ao imobilizado. Tais registros são realizados em contrapartida, respectivamente, a receita e despesa do exercício.

Bens Móveis: Os bens móveis do ativo imobilizado são depreciados, em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional e seus respectivos valores contabilizados mensalmente durante o exercício. A metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio é o de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do bem, em percentuais aplicados uniformemente, resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante. Nos anos de 2020 e 2021 ocorreram atualização do valor patrimonial das urnas eletrônicas em conformidade aos valores apresentados nos Ofício-Circular GAB-DG nº 179/2020 e Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021 expedidos pelo TSE, com vistas à equiparação, nos TRES, da base de cálculo da depreciação mensal.

Bens Imóveis: Os bens imóveis do ativo imobilizado dividem-se em duas categorias:

- 1) Registrados no SPIUnet: tem o cadastramento inicial realizado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a qual não se aproveita apenas do custo efetivo da construção, utilizando-se também de outros parâmetros de avaliação e análise de preço em seus registros. A reavaliação ou atualização dos valores destes imóveis é realizada a partir do sistema SPIUnet mediante o preenchimento de informações pela Seção de Obras e Manutenção de Imóveis com base nos parâmetros de mercado e do sistema.
 - a. Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.
 - b. Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.
- 2) Não registrados no SPIUnet: estão demonstrados pelo custo histórico efetivo da construção da obra, estudos e projetos ou aquisição de instalações.

g. Depreciação, amortização ou exaustão:

Este Tribunal aplica as disposições contidas nas NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado e NBT TSP 08 – Ativo Intangível.

As informações da depreciação dos bens móveis e amortização dos intangíveis são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (ASI).

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo imobilizado/intangível, deduzido do valor residual, quando houver.

A metodologia de cálculo da depreciação adotada foi a das quotas constantes, também conhecida como depreciação linear.

A vida útil econômica e o valor residual utilizados para os bens são os constantes da tabela do Manual SIAFI - Macrofunção 02.03.30 (as taxas de depreciação foram calculadas dividindo-se o valor depreciável do bem pela sua vida útil, obtendo-se a taxa anual de depreciação daquele bem) com exceção das urnas eletrônicas, classificadas como equipamento de processamento de dados, mas que possuem vida útil distinta daquela prevista na tabela da Macrofunção SIAFI, visto que são bens singulares na Justiça Eleitoral, possuem vida útil estimada de 10 anos, conforme estudo técnico realizado por equipe do Tribunal Superior Eleitoral.

A apuração relativa aos bens imóveis ocorre pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet).

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

h. Passivo

São as obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade, evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. No Tribunal, as suas maiores obrigações são as trabalhistas, previdenciárias e com fornecedores.

i. Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Tanto VPA quanto VPD seguem o regime de competência, a primeira é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos fluirão e a segunda quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a entidade, implicando saída de recursos ou redução de ativo e aumento de passivo. Somente receitas tributárias e despesas oriundas de restituição e transferências recebidas e concedidas seguem o regime de caixa. A apuração do resultado ocorre pelo encerramento das contas de VPA e VPD em contrapartida a uma conta de apuração. Após isso, o resultado é transferido para a conta de superávit/déficit do exercício.

j. Ativo Contingente

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

k. Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do TRE-AC segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964 e determina que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Assim, o resultado orçamentário constitui a diferença entre receitas realizadas e despesas empenhadas e é apresentado no Balanço Orçamentário.

l. Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, e é apresentado no Balanço Financeiro.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é um quadro com duas seções: Ativo e Passivo, representando, respectivamente, os bens e direitos e as obrigações, comparando os saldos do exercício base (2021) com o do anterior (2020).

Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Tribunal, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro.

O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos exigíveis. O saldo positivo representa uma situação patrimonial favorável ou superavitária, enquanto o saldo negativo representa uma situação patrimonial desfavorável ou deficitária.

ATIVO

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a soma dos valores disponíveis na conta única do Tesouro Nacional - limite de saque -, utilizados para pagamento das despesas desta unidade, e os depósitos em caução efetivados por fornecedores de bens e/ou serviços a título de garantia contratual.

As cauções em dinheiro são obrigatoriamente depositadas na Caixa Econômica Federal, e da mesma que em 2020, representam ínfima parcela (0,12% do total do item) da composição grupo.

	em R\$ 1,00		
Caixa e Equivalente de Caixa	2021	2020	AH(%)
Caixa Econômica Federal - Caução	479,12	479,12	0,00%
Limite de saque com vinculação de pagamento	392.698,81	235.203,33	66,96%
Total	393.177,93	235.682,45	66,83%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

*Limite de saque com vinculação de pagamento. Para fins de apuração do valor passível e inscrição em restos a pagar é considerado, em conjunto com saldo registrado na conta limite de saque, a quantia prevista na conta “8.2.2.2.4.01.01 - Recebimento de RP Autorizado – Inscrição”, em 2021 foi de R\$ 4.799.618,46, e que em 2020 foi de R\$ 11.151.051,62.

	em R\$ 1,00	
Limite de saque com vinculação - composição	2021	2020
00 Recursos Ordinários	314.699,47	142.908,20
27 Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	75.626,16	76.263,61
50 Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	1.735,00	1.735,00
90 Recursos Diversos	1.117,30	14.775,64
Total	393.177,93	235.682,45

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

A variação de 66,26% reflete um aumento nos recursos financeiros, mantidos na conta Limite de Caixa com Vinculação de Pagamento, destinados ao pagamento de despesas inscritas em Restos Pagar no encerramento do exercício de 2021, bem como as reinscritas de exercícios anteriores tendo em vista a necessidade de pagamentos de obrigações diversas com vencimento no início do exercício de 2022.

NOTA 02 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO

O grupo de contas créditos a curto prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações.

Os direitos que permaneceram registrados ao final de 2021 dizem respeito a adiantamento relativo ao auxílio alimentação de janeiro de 2022, créditos diversos a servidores e adiantamento a Universidade Federal do Pará – UFPA relativo ao Termo de Execução Descentralizada para implantação do modelo de Gestão de Competências.

A redução de 57,64% do grupo Adiantamentos concedidos é reflexo da prestação de contas dos suprimentos de fundos concedidos em 2020 para pagamento do auxílio-alimentação aos mesários convocados para as Eleições daquele ano, cuja regularização ocorreu em 2021.

	em R\$ 1,00		
Créditos a curto prazo	2021	2020	AH(%)
Adiantamentos concedidos	128.221,86	302.690,70	-57,64%
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	99.000,00	99.800,00	-0,80%
Total	227.221,86	402.490,70	-43,55%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

NOTA 03 – ESTOQUE

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração por este Tribunal, com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades, mas que ainda não foram utilizados ou tiveram destinação específica.

O método utilizado para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, método em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período, conforme inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

	em R\$ 1,00		
Estoques	2021	2020	AH(%)
Material de expediente	129.385,14	107.518,62	20,34%
Material de processamento de dados	123.758,37	80.073,44	54,56%
Material elétrico e eletrônico	40.874,56	39.373,78	3,81%
Demais materiais	85.263,33	80.723,61	5,62%
Total	379.281,40	307.689,45	23,27%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

NOTA 04 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Apresenta os pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas (VPD) cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

O saldo está representado pelas importâncias pagas diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência.

Tais despesas são registradas de forma automática pelo SIAFI a partir do cronograma de realização informado no documento hábil no momento da liquidação.

O incremento de 574,27% no item “Assinaturas e anuidades” é reflexo, principalmente, da contratação de assinatura, por 12 (doze) meses, de licenças para acesso aos cursos à distância oferecidos pela plataforma de treinamentos Udemy for Government (UfG), no valor de R\$ 41.199,25.

Quanto a redução no item “Aluguel de licença de software” decorre da transferência mensal dos valores registrados no ativo para a VPD respectiva.

em R\$ 1,00			
VPDs pagas antecipadamente	2020	2020	AH(%)
Assinaturas e anuidades	43.727,19	6.485,09	574,27%
Aluguel de licença de software	373,77	6.050,00	-93,82%
Total	44.100,96	12.535,09	251,82%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

NOTA 05 – IMOBILIZADO

No imobilizado são controlados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O reconhecimento inicial de um direito classificado como imobilizado se dá com base no valor de aquisição, produção ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado apenas vão ser incorporados ao valor do ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é reconhecido como despesa do período incorrido.

O imobilizado é composto por:

1. Bens móveis: que são registrados no Sistema de Patrimônio ASIWeb; e
2. Bens imóveis: que são registrados e geridos pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia (SPU/ME)

Em 31 de dezembro 2021, o TRE-AC apresentou o saldo de R\$ 76.328.721,83 relacionados a imobilizado, um incremento de 13,12% em relação ao ano de 2020, conforme detalhado a seguir.

em R\$ 1,00			
Imobilizado – composição	2021	2020	AH(%)
Descrição			
Bens móveis	7.881.928,55	6.334.306,44	24,43%
(+) Valor Bruto Contábil	17.486.811,47	15.068.346,56	16,05%
(-) Depreciação Acumulada	(9.604.882,92)	(8.734.040,12)	9,97%
Bens imóveis	68.446.793,28	61.139.942,97	11,95%
(+) Valor Bruto Contábil	68.819.866,91	61.508.736,08	11,89%
(-) Depreciação Acumulada	(373.073,63)	(368.793,11)	1,16%
Total	76.328.721,83	67.474.249,41	13,12%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

NOTA 06 – BENS MÓVEIS

Os bens móveis do Tribunal em 31 de dezembro de 2021 totalizavam R\$ 17.486.811,47 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Compreende os bens móveis que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

São gerenciados pela Seção de Material e Patrimônio (SEMAP), responsável pelas apropriações das aquisições pelos seus valores originais e pelo registro mensal da depreciação, a qual tem seu cálculo efetuado a partir do sistema ASIWeb, pelo método de cotas constantes.

Bens móveis - detalhamento				em R\$ 1,00	
Descrição	2021	2020	AV(%)	AH(%)	
Aparelhos de medição	13.801,28	13.801,28	0,08%	0,00%	
Aparelhos e equip. de comunicação	84.528,61	84.528,61	0,48%	0,00%	
Apar. equip. med. odont. lab. hosp.	56.525,42	56.525,42	0,32%	0,00%	
Equip. proteção segurança e socorro	121.230,60	95.890,60	0,69%	26,43%	
Máquinas e equipamentos energéticos	275.720,30	275.720,30	1,58%	0,00%	
Máquinas e equipamentos gráficos	170,00	170,00	0,00%	0,00%	
Máq. ferram. e utens. de oficina	1.413,05	1.413,05	0,01%	0,00%	
Acessórios para automóveis	10.419,99	10.419,99	0,06%	0,00%	
Equipamentos hidráulicos e eletric.	5.107,03	5.107,03	0,03%	0,00%	
Máq. utensílios e equip. diversos	9.987,92	9.987,92	0,06%	0,00%	
Equip. de processamento de dados	11.788.096,00	10.028.772,79	67,41%	17,54%	
Aparelhos e utensílios domésticos	598.311,75	598.311,75	3,42%	0,00%	
Máq. inst. utensílios de escritório	21.848,68	21.848,68	0,12%	0,00%	
Mobiliário em geral	2.280.953,46	1.255.497,70	13,04%	81,68%	
Coleções e materiais bibliográficos	86.217,21	86.217,21	0,49%	0,00%	
Equipamentos p/ áudio vídeo e foto	103.601,66	96.695,49	0,59%	7,14%	
Obras de arte e peças para museu	7.325,90	7.325,90	0,04%	0,00%	
Veículos diversos	5.998,94	5.998,94	0,03%	0,00%	
Veículos de tração mecânica	1.879.610,00	2.278.170,23	10,75%	-17,49%	
Peças não incorporáveis a imóveis	135.943,67	135.943,67	0,78%	0,00%	
Valor bruto	17.486.811,47	15.068.346,56	100,00%	16,05%	
(-) Depreciação acumulada	(9.604.882,92)	(8.734.040,12)	-54,93%	9,97%	
Total	7.881.928,55	6.334.306,44	-	24,43%	

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021/ASIWeb

Dos bens móveis registrados no órgão, 67,41% referem-se a bens de tecnologia da informação ou bens de informática, principalmente àqueles que fornecem suporte às atividades relacionadas às eleições.

As variações ocorridas entre os exercícios de 2021 e 2020 decorrem dos seguintes eventos:

a. Equip. proteção segurança e socorro – variação de 26,43%:
- Aquisição de 20 fechaduras eletrônicas.

b. Equip. de processamento de dados – variação de 17,54%:
- Aquisição de impressoras multifuncionais, HDs externos, tablets, e a aquisição de maior relevância uma unidade de backup no valor de R\$ 394.000,00;

- Recebimento de equipamentos recebimentos de outros Tribunais Eleitorais, no caso: 56 monitores e 20 impressoras doadas pelo TRE-PR (R\$ 134.565,33), 230 urnas eletrônicas modelo 2013 recebidas do TRE-RO (R\$ 296.115,80) e 830 urnas eletrônicas modelos 2010, 2011 e 2015 enviadas pelo TRE-AM (R\$ 862.832,60);

- Ajuste: foi realizado ajuste no valor de R\$ 14.418,28 referente as urnas dos modelos 2009, 2010 e 2015 (lançamento realizado em confronto à ajuste do exercícios anteriores), após novo relatório de valoração desses bens encaminhado a este Regional pelo Tribunal Superior Eleitoral através do Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021. Destaque-se, que tal ajuste ocorreu também na depreciação acumulada desse grupo de bens, no valor total de R\$ 344.846,32 Neste ponto, oportuno destacar a escassez de informações encaminhadas juntas ao documento que informa a necessidade de realizar tal registro, prejudicando a melhor divulgação do evento, e não atendendo por completo o que estabelece o item 92 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público 07.

c. Mobiliário em geral – variação de 81,68%:

- Aquisição de cadeiras, armários, mesas lineares e de centro, suporte de televisores, bancada para o plenário e a aquisição mais financeiramente, 336 poltronas para auditório do valor total de R\$ 899.680,81.

d. Equipamento para áudio, vídeo e foto – variação de 7,14%

- Aquisição de microfones e mesa de som.

e. Veículos de tração mecânica – variação -17,49%

- Baixa por alienação de quatro veículos, 3 registrados a valor de aquisição de R\$ 100.288,41 e 1 ao custo de R\$ 97.695,00.

Oportuno informar que, a conta de veículos e depreciação acumulada apresentam registro de 2 veículos que foram alienados no ano de 2019, totalizando R\$ 195.390,00 de valor de aquisição e R\$ 117.234,01 de depreciação acumulada e que, ao término dos exercícios de 2020 e 2021, ainda compunham o saldo da conta de bens móveis.

A presente informação chegou ao conhecimento da unidade contábil após o fechamento do exercício de 2021, impossibilitando o registro naquele exercício.

A seguir, quadro demonstrativo da depreciação acumulada dos Bens Móveis retratando o exercício de 2021, por conta contábil.

Imobilizado – bens móveis - detalhamento

em R\$ 1,00

Conta	Vida Útil (anos)	Taxa residual	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Aparelhos de medição	15	10%	13.801,28	(7.495,25)	6.306,03
Aparelhos e equip. De comunicação	10	20%	84.528,61	(51.849,82)	32.678,79
Apar. equip. Med. Odont. Lab. Hosp.	15	20%	56.525,42	(26.511,89)	30.013,53
Equip. proteção segurança e socorro	10	10%	121.230,60	(61.259,97)	59.970,63
Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%	275.720,30	(139.595,60)	136.124,70
Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%	170,00	(153,00)	17,00
Máq. ferram. e utens. De oficina	10	10%	1.413,05	(814,75)	598,30
Acessórios para automóveis	5	10%	10.419,99	(4.845,30)	5.574,69
Equipamentos hidráulicos e eletric.	10	10%	5.107,03	(2.607,77)	2.499,26
Máq. utensílios e equip. Diversos	10	10%	9.987,92	(2.652,07)	7.335,85
Equip. de processamento de dados	5	10%	10.051.121,55	(7.076.359,36)	2.974.762,19
Equip. de processamento de dados (urnas eletrônicas)	10	10%	1.736.974,45	(247.385,24)	1.489.589,21
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%	598.311,75	(319.302,19)	279.009,56
Máq. inst. utensílios de escritório	10	10%	21.848,68	(14.679,67)	7.169,01
Mobiliário em geral	10	10%	2.280.953,46	(764.344,47)	1.516.608,99
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%	86.217,21	(19.781,24)	66.435,97
Equipamentos p/ áudio vídeo e foto	10	10%	103.601,66	(46.143,31)	57.458,35
Obras de arte e peças para museu	-	-	7.325,90	-	7.325,90
Veículos diversos	15	10%	5.998,94	(3.150,91)	2.848,03
Veículos de tração mecânica	15	10%	1.879.610,00	(716.149,19)	1.163.460,81
Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%	135.943,67	(99.801,92)	36.141,75
Total			17.486.811,47	(9.604.882,92)	7.881.928,55

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021/ASIWeb

NOTA 07 – BENS IMÓVEIS

Os bens imóveis do TRE-AC são classificados como de uso especial uma vez que são destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública. Na União, a gestão dos bens imóveis é realizada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), por meio de sistema próprio de gerenciamento da utilização dos imóveis, o SPIUnet.

Dessa forma, apesar deste Tribunal ser a entidade que os utiliza, há que se considerar que a Secretaria de Patrimônio da União é a unidade responsável por autorizar a ocupação dos imóveis públicos federais, estabelecer diretrizes para permissão de uso, doação ou cessão gratuita e, também, pelo cálculo e registro da depreciação desses bens, tanto no sistema de controle (SPIUnet), quanto no SIAFI, e por conseguinte, nos registros contábeis deste órgão.

Assim, não raro, as notas explicativas do TRE-AC, e de diversos outros da administração pública federal, restam prejudicadas quanto a esse grupo de ativos, em especial no que diz respeito a divulgação do método de avaliação, reavaliação e cálculo da depreciação dos bens de uso especial registrados no SPIUnet.

Ainda tratando dos reflexos dos registros do SPIUnet na contabilidade deste órgão, não obstante naquele sistema os imóveis estarem com valores segregados entre edifícios e terrenos, a informação para escrituração enviada ao SIAFI indica a integralidade do valor na conta de edifícios, dessa forma, contabilmente, não há valores escriturados na rubrica de terrenos do TRE-AC, todavia não há divergência no valor total dos bens de uso especial contabilizados e os apresetandos no sistema da SPU.

A composição contábil total dos imóveis do TRE-AC apresenta-se da seguinte forma:

	em RS 1,00			
Descrição	2021	2020	AV(%)	AH(%)
Bens de uso especial registrados no SPIUnet	68.482.810,54	12.647.392,33	99,51%	441,48%
Obras em andamento	-	48.108.626,04	0,00%	-100,00%
Estudos e projetos	-	415.661,34	0,00%	-100,00%
Instalações	337.056,37	337.056,37	0,49%	0,00%
Valor bruto	68.819.866,91	61.508.736,08	100,00%	11,89%
(-) Depreciação Acumulada	(373.073,63)	(368.793,11)	-0,54%	1,16%
Total	68.446.793,28	61.139.942,97	-	11,95%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

De acordo com a tabela anterior, os “Bens de uso especial registrados no SPIUnet” correspondem a 99,51% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial, perfazendo o montante de R\$ 68.482.810,54 em 31/12/2021 a valores brutos, melhor abaixo.

Bens de uso especial registrados no SPIUnet			em RS 1,00
Imóvel	Benfeitoria	Terreno	Total
Fórum Eleitoral de Brasileia	350.000,00	69.000,00	419.000,00
Fórum Eleitoral de Cruzeiro do Sul	3.236.100,00	489.400,00	3.725.500,00
Depósito de Urnas/CAE	4.877.178,71	2.309.229,00	7.186.407,71
Sede Administrativa	51.906.216,28	3.270.500,00	55.176.716,28
Fórum Eleitoral de Sena Madureira	265.000,00	56.000,00	321.000,00
Fórum de Tarauacá	398.486,40	40.519,71	439.006,11
Fórum de Xapuri	380.754,29	49.812,00	430.566,29
Fórum de Senador Guiomard	398.486,40	45.051,93	443.538,33
PAE Bujari	95.746,49	23.809,50	119.555,99
PAE Porto Acre	95.746,49	23.147,25	118.893,74
PAE Jordão	95.746,49	6.879,60	102.626,09
Valor bruto	62.099.461,55	6.383.348,99	68.482.810,54

Fonte: SPIUnet, dez/2021

Quanto as variações ocorridas entre os exercícios de 2021 e 2020 são reflexos das seguintes movimentações:

- a. Ingresso em “Obras em andamento”, por liquidação, de R\$ 7.723.818,44 (obra, acompanhamento e fiscalização) referente a construção do novo edifício sede do Tribunal;
- b. Baixa dos saldos de “Obras em andamento” (R\$ 55.832.444,48) e “Estudos e projetos” (R\$ 377.015,34) em decorrência da conclusão da obra do novo edifício sede do Tribunal, e baixa de “Estudos e projetos” do valor de R\$ 38.646,00 (registro realizado em Ajuste de exercícios anteriores) referente a obra de construção do depósito de urnas concluída em 2020;
- c. Registro pelo SPIUnet à conta de “Edifícios” no grupo “Bens de uso especial registrados no SPIUnet”, de R\$ 55.176.716,28 relativo a nova sede do TRE-AC (obra concluída);
- l. O laudo encaminhado pela Superintendência do Patrimônio da União no Acre, elaborado por técnico daquela instituição, informa que a definição do valor contabilizado foi realizada com base no:

Método Evolutivo, sendo utilizado Método Comparativo Direto de Dados de Mercado - Inferência por Tratamento Científico para o terreno e Método da Quantificação do Custo para as benfeitorias.

Fora utilizado o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, com uso de Inferência Estatística, com auxílio do software SISDEA. Foram coletados dados de 82 imóveis em oferta no município de Rio Branco/AC, sendo efetivamente utilizados no modelo 46.

Para a parcela da benfeitoria, foi utilizado o Método da Quantificação do Custo. Para a Quantificação do Custo das benfeitorias fora utilizado o orçamento sintético da obra (medições efetuadas durante a execução dos serviços, inclusive aditivos e reajustes de preço), envidas pelo setor Técnico do TRE/AC. Conforme documento (19452517).

- d. Adição de R\$ 658.701,93 ao valor do imóvel onde funciona a sede da 4ª Zona Eleitoral – edifício localizado na cidade Cruzeiro do Sul. O imóvel foi transferido à SPU, a pedido daquela instituição, para regularização quanto a individualização de matrícula e geração de novo Registro Imobiliário Patrimonial (RIP). Havia sido transferido ao valor de R\$ 3.066.798,07 e, no retorno, a SPU registrou à R\$ 3.725.500,00;

Obedecendo ao que estabelece a NBC TSP 07, item 88.e, apresenta-se a seguir a conciliação do valor contábil do imobilizado no início e no final do período, conforme movimentação já detalhada nas notas específicas dos bens móveis e imóveis.

Imobilizado - movimentação/conciliação

em R\$ 1,00

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferência entre TSE/UGs	Ajuste	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Bens Móveis – valor bruto	15.068.346,56	1.509.093,13	(398.560,23)	1.293.513,73	14.418,28	17.486.811,47
Equipamento de tec. da inf. e comunicação	10.028.772,79	451.391,20	-	1.293.513,73	14.418,28	11.788.096,00
Mobiliário em geral	1.255.497,70	1.025.455,76	-	-	-	2.280.953,46
Veículos	2.284.169,17	-	(398.560,23)	-	-	1.885.608,94
Aparelhos e utensílios domésticos	598.311,75	-	-	-	-	598.311,75
Máquinas e equipamentos energéticos	275.720,30	-	-	-	-	275.720,30
Demais bens móveis	625.874,85	32.246,17	-	-	-	658.121,02
(-) Depreciação Acumulada	(8.734.040,12)	(1.175.094,08)	219.051,87	(259.646,91)	344.846,32	(9.604.882,92)
Total - Bens Móveis	6.334.306,44	333.999,05	(179.508,36)	1.033.866,82	359.264,60	7.881.928,55
Bens Imóveis - valor bruto	61.508.736,08	62.900.534,72	(56.248.105,82)	0,00	658.701,93	68.819.866,91
Edifícios	12.647.392,33	55.176.716,28	0,00	0,00	658.701,93	68.482.810,54
Obras em andamento	48.108.626,04	7.723.818,44	(55.832.444,48)	0,00	0,00	0,00
Estudos e projetos	415.661,34	0,00	(415.661,34)	0,00	0,00	0,00
Instalações	337.056,37	0,00	0,00	0,00	0,00	337.056,37
(-) Depreciação Acumulada	(368.793,11)	(4.280,52)	0,00	0,00	0,00	(373.073,63)
Total - Bens Imóveis	61.139.942,97	62.896.254,20	(56.248.105,82)	0,00	658.701,93	68.446.793,28
Total - Imobilizado	67.474.249,41	63.230.253,25	(56.427.614,18)	1.033.866,82	1.017.966,53	76.328.721,83

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

NOTA 07A – BENS IMÓVEIS – ATIVO CONTINGENTES

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre realizou em 2021 o 1º Inventário de Bens Imóveis, tendo sido identificado que os edifícios onde funcionam os Postos de Atendimento de Rodrigues Alves e Mâncio Lima não encontra-se registrados neste órgão, nem no SPIUnet, conforme consta no relatório emitido ao final do levantamento:

Dois imóveis próprios, PAE's de Rodrigues Alves e Mâncio Lima, não estão registrados no SPIUnet, pois as leis municipais apontam como beneficiário o Tribunal Regional Eleitoral, quando deveria ser a União, verdadeira beneficiária desse tipo de doação. O Tribunal Regional Eleitoral do Acre é apenas cessionário de tais bens, propriedade da União. Tal erro impossibilita o registro no SPIUnet e a transferência imobiliária junto às serventias judiciais respectivas por parte da Superintendência do Patrimônio da União (SPU). Ofícios foram encaminhados às prefeituras municipais para alteração das leis de doação, consoante procedimentos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nº 0002671-84.2021.6.01.8000 e 0002671-84.2021.6.01.8000 (sic) [0002668-32.2021.6.01.8000], respectivamente.

Em atendimento à recomendação da Auditoria Interna deste órgão, os imóveis, mensurados ao valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), com base no estabelece o item 47 da NBC TSP 07 e tendo em vista os valores dos Postos de Atendimento de Bujari e Porto Acre, foram registrados como ativos contingentes (classes 7 e 8).

NOTA 08 – INTANGÍVEL

No grupo de intangíveis são registrados ativos não monetários, sem substância física, identificáveis, controlados pela entidade e geradores de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais, sendo mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

No exercício de 2021 não houve registro de amortização, pois os intangíveis que sofrem amortização já foram totalmente amortizados

Descrição	em R\$ 1,00		
	2021	2020	AH(%)
Softwares de vida útil definida	249.748,00	249.748,00	0,00%
Softwares de vida útil indefinida	333.047,95	333.047,95	0,00%
Total - Softwares	582.795,95	582.795,95	0,00%
(-)Amortização Acumulada	-249.748,00	-249.748,00	0,00%
Total	333.047,95	333.047,95	-

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

PASSIVO

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto prazo compreendem os compromissos referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios a que os empregados ou servidores tenham direito. Compreendem também as aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar e benefícios a pagar, e apresentam os seguintes saldos:

Descrição	em R\$ 1,00		
	2021	2020	AH(%)
Salários, remunerações e benefícios	7.328,83	7.328,83	0,00%
Férias a pagar	1.380.980,00	1.636.115,22	-15,59%
INSS-Contrib.s/Salários e Remun.	1.196,59	3.128,08	-61,75%
Total	1.389.505,42	1.646.572,13	-15,61%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

O principal valor registrado (R\$ 1.380.980,00) se refere a provisão de férias, que é realizada mensalmente e baixada quando do gozo férias por parte dos servidores.

A Justiça Eleitoral, através da Orientação SOF/TSE nº 010/2018, padronizou os procedimentos de apropriação de férias consoante a Macrofunção SIAFI nº 02.11.42 – Folha de Pagamento. Tais procedimentos, são aplicados desde 2018 e foram objetos de determinação contida no Acórdão nº 1322/2018 do Tribunal de Contas da União –TCU/Plenário.

A apropriação mensal das férias é calculada na proporção de 1/3 (um terço) + 1 (um inteiro) sobre a base de cálculo de férias. A base de cálculo mensal da apropriação é obtida através da dedução da remuneração mensal do servidor de valores que não compõem a rubrica de férias tais como: auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio pré-escola, reembolso farmacêutico/odontológico, dentre outros benefícios/auxílios.

A rotina de férias tem por objetivo efetuar a apropriação do pagamento do abono constitucional (1/3) de férias, além de registrar a apropriação por competência relativa às férias dos servidores Tribunal, para que essa entidade demonstre os saldos das contas patrimoniais de forma fidedigna à realidade, conforme determinam as normas contábeis vigentes.

NOTA 10 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo, não restaram valores relevantes pendentes de pagamento ao término do exercício 2021, visto o demonstrativo a seguir:

Favorecido	em RS 1,00	
	2021	2020
Iptrust Advance Tecnologia da Informação LTDA	-	271.311,24
Amazon Construções e Serviços EIRELI	-	17.675,79
OI S.A. – Em Recuperação Judicial	23.218,00	3.718,13
Protege S/A	13.418,84	-
Demais	13.009,81	1.335,80
Total	49.646,65	294.040,96

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

NOTA 11 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

As obrigações não incluídas nos grupos anteriores que terão vencimento em curto prazo estão detalhadas abaixo:

em RS 1,00

Fornecedor	Nota	2021	2020	AH(%)
Retenção Previdenciária - FRGPS	I	-	3.197,14	-100,00%
ISS	II	-	2.996,86	-100,00%
Impostos e contrib. devidos ao Tesouro	III	-	29.337,66	-100,00%
Depósitos retidos de fornecedores	IV	12.660,96	10.061,62	25,83%
Glosa de encargos trabalhistas	V	-	27.670,50	-100,00%
Depósitos e Cauções Recebidos	VI	479,12	479,12	0,00%
Depósitos por devolução de valores não reclamados	VII	638,18	14.296,52	-95,54%
Diárias	VIII	672,00	1.596,00	-57,89%
Total		14.450,26	89.635,42	-83,88%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota I – Retenção Previdenciária - FGPS

Registra o valor das retenções de INSS, procedidas de serviços de terceiros, a ser recolhido ao fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS, de acordo com a Lei nº 8.212, art. 31, e Instrução Normativa RFB nº 971/2009, art. 112.

Os valores pendentes ao final do exercício de 2020 foram pagos, não tendo ficado valores pendentes de pagamento ao final do ano de 2021.

Nota II – ISS

Valores retidos em consignação por força da Lei Complementar n. 116/20, em situações que este Tribunal, como parte contratante, atua como substituto tributário.

Os valores pendentes ao final do exercício de 2020 foram pagos, não tendo ficado valores pendentes de pagamento ao final do ano de 2021.

Nota III – Impostos e Contribuições diversos devidos ao Tesouro

Apropriação das retenções de impostos e contribuições diversos por pagamento a terceiros efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta – devidos ao Tesouro Nacional, por força da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

Os valores pendentes ao final do exercício de 2020 foram pagos, não tendo ficado valores pendentes de pagamento ao final do ano de 2021.

Nota IV – Depósitos retidos de fornecedores

São valores de obrigações retidos cautelarmente de fornecedores em razão de possível aplicação de multas e (ou) outras determinações. O aumento desse passivo em 25,83% em relação ao exercício anterior, ocorreu pela realização de novas retenções ainda pendente de apuração.

Nota V – Glosa de encargos trabalhistas

A Resolução nº 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina que sejam retidos do pagamento devido as empresas contratadas para prestação de serviço, com previsão de mão de obra residente nas dependências de órgão jurisdicionado ao CNJ, os valores referentes a encargos trabalhistas, relativos a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

A Resolução também determina que os recursos provisionados sejam depositados em uma conta corrente vinculada bloqueada para movimentação.

As contas pendentes de abertura ao final do exercício, foram abertas ao longo do ano de 2021, sendo os recursos outrora registrado nessa rubrica destinados à conta vinculada.

Nota VI – Depósitos e cauções recebidos

Registra os valores das obrigações exigíveis contraídas com recebimento de depósitos e/ou cauções pela entidade vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas.

A obrigação pendente nesta conta de R\$ 479,12, refere-se à caução do contrato TRE-AC n. 11/2019 – FB Limpeza e Construções LTDA.

Nota VII – Depósitos por devolução de valores não reclamados

Registra os depósitos por devolução de valores não reclamados em decorrência de cancelamento de ordem bancária.

Restou pendente nesta conta o montante de R\$ 638,18, em favor da empresa OI S.A.

Nota VIII – Diárias

Despesas orçamentárias com cobertura de alimentação, pousada e locomoção urbana do servidor público que se desloca de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, entendido como sede o Município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício em caráter permanente.

O saldo de R\$ 672,00 nesta conta ocorreu por impossibilidade de pagamento. O beneficiário não apresentou domicílio bancário apto a receber o recurso.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NOTA 12 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O resultado dos registros efetivados em 2021 a título de ajustes de exercícios anteriores totaliza o montante de R\$ 229.488,82. A maior parte desse valor está detalhada na nota explicativa do imobilizado (ajuste de depreciação de urnas eletrônicas e baixa de estudos e projetos de obra encerrada em 2020).

Quanto aos valores indicados como de pessoal e fornecedores diz respeito ao reconhecimento de passivos anteriores relativos, majoritariamente, ao ano 2020. Trata-se, em sua maioria, de despesas já empenhadas no exercício adequado cujos saldos não foram inscritos em restos, não obstante ter ocorrida a prestação do serviço, obrigando ao reconhecimento de dívida no exercício de 2021.

Descrição	Valor
Saldo em 31/12/2020	3.894,91
Passivo anterior - execução orçamentária	(94.889,70)
Pessoal	(11.636,70)
Fornecedores	(83.253,00)
Procedimentos contábeis - registro patrimonial	324.378,52
Depreciação urnas - Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021	359.264,60
Estudos e projetos - obra encerrada em 2018	(38.646,00)
Material consumo (devolução ao estoque após inventário)	3.759,92
Movimentação total do exercício	229.488,82
Saldo em 31/12/2021	233.383,73

Fonte: SIAFI, 2021.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

NOTA 13 – TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

São as transferências financeiras recebidas fruto da programação para pagamento de despesas do exercício e de restos a pagar. Varia de um ano para outro, de acordo com a lei orçamentária anual e os limites definidos no decreto de programação financeira.

O TRE-AC não possui receita própria, ou seja, não realiza arrecadação para cobrir os gastos com suas atividades, recebendo, para tanto, recursos financeiros do Tesouro Nacional, via Sub-repasse do TSE, para fazer face aos pagamentos de despesas com pessoal e encargos, benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) e contratuais necessárias ao cumprimento de seu objetivo institucional.

Nos comparativos anuais nota-se que tanto as despesas (VPDs) quanto e, por consequência daquela, as transferências (VPAs), são menores nos anos não eleitorais, em relação aos anos eleitorais.

Em 2021 não foi diferente apresentando, esta rubrica, redução de 10,80% em relação a exercício de 2020.

NOTA 14 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS:

Compreende os valores dos bens permanentes recebidos de outros Regionais Eleitorais (urnas eletrônicas, computadores, monitores, impressoras – R\$ 1.293.513,73) e de consumo (máscaras face shields – R\$ 1.198,88), e, principalmente, o imóvel onde está localizada 4ª Zona Eleitoral, que retornou ao ativo deste Tribunal ao valor de R\$ 3.725.500,00 após ajuste de cadastro realizado pela SPU.

NOTA 15 - GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS

Essa rubrica relaciona-se, principalmente, às transferências de bens imóveis por parte da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ao TRE-AC, em decorrência da regularização dos respectivos processos. Os eventos relevantes ocorridos no exercício de 2021 dizem respeito:

- i. Regularização, após o término da obra, do imóvel onde está localizada a sede do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, no valor de R\$ 55.176.716,28;
- ii. Registro no valor de R\$ 664.644,33, decorrente de movimentação realizada pela SPU do terreno onde está localizada a sede do TRE-AC. Houve contabilização nesta VPA naquele valor, posteriormente foi realizada contabilização na VPD “Desincorporação de Ativos” naquela quantia, zerando tanto a movimentação patrimonial, quanto o reflexo no resultado do exercício.

NOTA 16 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

O montante demonstrado no item se refere a multas administrativas cobradas de empresas e pessoas que descumpriram contrato administrativo ou a lei eleitoral, assim como indenizações, ressarcimentos, devoluções de despesas de exercícios anteriores e registro de débitos a receber de servidores.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

NOTA 17 - PESSOAL E ENCARGOS

A movimentação de despesa de pessoal dos Tribunais Eleitorais costuma ter elevação do gasto dessa rubrica nos anos eleitorais em virtude da necessidade de realização de serviços extraordinários pelos servidores, e em decorrência das Sessões Extraordinárias do pleno do Tribunal.

Dessa forma, não sendo o exercício de 2021 ano eleitoral, conforme observa-se no quadro abaixo, houve redução 7,42% em relação à 2020, em valores financeiros R\$ 3.117.824,20, redução essa que ocorreu apesar do aumento dos gastos com auxílio creche e com servidores requisitados do Estado do Acre para

	em R\$ 1,00		
Despesa	2021	2020	AH(%)
Remuneração a Pessoal	30.997.645,72	34.070.916,61	-9,02%
Vencimentos e salários	7.801.068,64	10.569.944,22	-26,20%
Abonos	98.532,60	108.517,65	-9,20%
Adicionais	33.751,44	33.751,44	0,00%
Gratificações	18.145.852,17	18.317.588,07	-0,94%
Férias	2.773.591,51	2.866.412,93	-3,24%
13º Salário	2.144.849,36	2.174.702,30	-1,37%
Encargos Patronais	5.094.772,34	5.409.958,84	-5,83%
Contribuição patronal para o RPPS	4.911.433,52	5.241.486,20	-6,30%
Contribuições previdenciárias - INSS	155.780,82	136.228,28	14,35%
Complementação de previdência - FUNPRESP-JUD	27.558,00	32.244,36	-14,53%
Benefícios a Pessoal	1.694.303,56	1.777.478,57	-4,68%
Auxílio alimentação	1.355.480,09	1.496.378,35	-9,42%
Auxílio creche	338.823,47	281.100,22	20,53%
Outras Var. Patr. Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.118.217,49	764.409,29	46,29%
Requisitado de outros órgãos - União	96.989,93	93.631,23	3,59%
Requisitado de outros órgãos - Estado do Acre	959.645,02	612.255,81	56,74%
Requisitado de outros órgãos - Município de Rio Branco	61.582,54	58.522,25	5,23%
Total	38.904.939,11	42.022.763,31	-7,42%

compor força de trabalho do TRE-AC.

Fonte: SIAFI, 2021.

NOTA 18 - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

i. Uso de serviços e material de consumo

Da mesma forma que ocorre com a despesa de pessoal, a de serviços e material de consumo também é impactada positivamente em anos eleitorais.

Desta feita, no comparativo entre os exercícios de 2021 e 2020, ano não eleitoral e eleitoral, respectivamente, nota-se redução no consumo de materiais no percentual de 65,89%, e em serviços decréscimo de 26,80%.

Dentre os materiais que tem o consumo reduzido nos anos não eleitorais destacam-se: combustíveis (automotivo e para avião), material de expediente, processamento de dados, elétrico e eletrônicos e de proteção e segurança.

Quanto aos serviços, dos valores de maior relevância, apenas os gastos com manutenção de ativos tiveram incremento, em virtude das manutenções preventivas e corretivas realizadas nos imóveis deste regional no ano de 2021, sobretudo em postos de atendimento e cartórios eleitorais.

No que tange aos demais serviços, merece destaque a redução dos dispêndios com diárias, serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, de comunicação e com transportes e passagens.

Outra despesa que foi reduzida no comparativo 2021/2020, foi com a locação de imóveis, decorrência da conclusão do edifício sede, e o encerramento do contrato de aluguel.

ii. Depreciação, Amortização e Exaustão

Em decorrência da reavaliação das urnas eletrônicas ocorridas em novembro/2020, a cota de depreciação mensal sofreu significativa redução (queda de 44% de nov/20 para dez/20).

Assim, apesar do aumento do imobilizado depreciável ao longo de 2021, essa rubrica apresentou queda 23,57% em relação a 2020.

NOTA 19 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

i. Transferências Intragovernamentais

As Transferências Intragovernamentais dizem respeito as multas administrativas cobradas de empresas e pessoas físicas que descumpriram contrato administrativo ou a lei eleitoral, assim como diárias e suprimentos de fundos devolvidos e repassados à Secretária do Tesouro Nacional – STN.

ii. Outras Transferências e Delegações Concedidas

A conta Outras Transferências e Delegações Concedidas evidencia a redução do patrimônio que se deu em virtude da transferência da depreciação acumulada de equipamentos de processamentos de dados (urnas eletrônicas, computadores, monitores e impressoras) encaminhados por outros Tribunais ao TRE-AC no valor de R\$ 259.646,91, o valor bruto dos equipamentos é registrado como uma VPA (Outras Transferências e Delegações Recebidas), todavia, a quantia mais expressiva registrada nessa VPD, diz respeito à transferência, via SPIUnet, do imóvel onde está localizada a 4ª Zona Eleitoral, para ajuste de cadastro por parte da SPU, no valor de R\$ 3.066.798,07.

NOTA 20 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

Os mesmos eventos que impactaram de forma relevante os “Ganhos com Incorporação de Ativos”, influenciaram na composição de saldo dessa rubrica, quais seja:

- i. Término da obra do edifício sede: baixa dos valores registrados em “Obras em andamento” e “Estudos e projetos”, no valor R\$ 56.209.49,82;
- ii. Baixa do valor de R\$ 664.644,33, vide nota 15.

NOTA 21 – RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas de um dado período.

Em 2021, o resultado patrimonial superavitário correspondeu ao montante de R\$ 9.287.014,24, apurado pela diferença da variação patrimonial aumentativa de R\$ 123.157.246,75 e a variação patrimonial diminutiva de R\$ 113.870.232,51.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme dispõe o art. 102 da Lei 4.320/64. As receitas no Balanço Orçamentário são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. As despesas são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as liquidadas, as pagas e o saldo da dotação.

Nele estão demonstradas as receitas e despesas do TRE-AC, confrontado os montantes previstos com realizados em cumprimento da [Lei n. 14.144, de 22 de abril de 2021](#).

O regime orçamentário é aquele disposto no art. 35 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1.964, qual seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e despesas legalmente empenhadas.

As notas explicativas a esse demonstrativo apresentadas abaixo, são suplementares para o melhor entendimento da execução orçamentária deste órgão, sendo recomendável, em uma análise com maiores detalhes o acesso aos seguintes relatórios:

- I – [Dotação e execução orçamentária – 2021 – Modelo instituído pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 102/2009 – Anexo II](#);
- II – [Inscrição em restos a pagar não-processados – 2021 – Modelo instituído pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 102/2009 – Anexo I](#);
- III – [Relatório de Gestão Fiscal – Competência janeiro 2021 a dezembro de 2021](#);
- IV – [Painel do Orçamento Federal – Possibilita o acesso analítico, sintético e geração de relatórios acerca dos orçamentos desde o ano 2000](#);

RECEITA

NOTA 22 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O déficit é a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário da receita de R\$ 56.663.822,99, no Tribunal Regional Eleitoral do Acre no exercício de 2021 ocorreu em virtude de os recursos serem todos provenientes de sub-repasse do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Este Tribunal não é um agente arrecadador, apenas executa despesas orçamentárias para prestação dos serviços públicos e realizar investimentos.

DESPESA

NOTA 23 – DOTAÇÃO INICIAL X DOTAÇÃO ATUALIZADA

O aumento de R\$ 557.959,00 em relação à dotação inicial é resultado da abertura de créditos suplementares de R\$ 3.835.334,00, deduzidos de cancelamentos que totalizaram R\$ 3.277.675,00, os quais foram remanejados ao TSE, assim divididos:

em R\$ 1,00				
Despesas orçamentárias	Dotação inicial	Créditos adicionais Suplementar	Cancelamento Remanejamento	Dotação atualizada
Despesas correntes	55.992.400,00	665.492,00	(2.777.375,00)	53.880.517,00
Pessoal e Encargos Sociais	44.137.245,00	613.622,00	(667.375,00)	44.083.492,00
Outras Despesas Correntes	11.855.155,00	51.870,00	(2.110.000,00)	9.797.025,00
Despesas de capital	1.802.639,00	3.169.842,00	(500.000,00)	4.472.481,00
Investimentos	1.802.639,00	3.169.842,00	(500.000,00)	4.472.481,00
Total	57.795.039,00	3.835.334,00	(3.277.375,00)	58.352.998,00

Fonte: SIAFI, 2021.

NOTA 24 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerando o enfoque orçamentário dado pelo art. 35 da Lei 4.320/1964, que reconhece a despesa empenhada (não cancelada) como despesa orçamentária realizada no exercício, percebe-se, que no exercício de 2021 foram executados (empenhados) 97,11% do orçamento atualizado para o exercício, restando um saldo orçamentário de R\$ 1.689.175,01 (2,98%).

Do total executado, tem-se que 75,80% corresponde a despesa de pessoa, 16,42% outras despesas correntes, e 7,77% referem-se a investimentos.

em R\$ 1,00

Despesas orçamentárias	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	AH(%)	AV(%)
Despesas correntes	53.880.517,00	52.258.246,31	3,10%	92,23%
Pessoal e Encargos Sociais	44.083.492,00	42.951.218,31	2,64%	75,80%
Outras Despesas Correntes	9.797.025,00	9.307.028,00	5,26%	16,42%
Despesas de capital	4.472.481,00	4.405.576,68	1,52%	7,77%
Investimentos	4.472.481,00	4.405.576,68	1,52%	7,77%
Total	58.352.998,00	56.663.822,99	2,98%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. As receitas e despesas orçamentárias foram analisadas no relatório e nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais. Os ingressos e dispêndios extraorçamentários com alterações relevantes, por se tratarem de grupos de contas do ativo e do passivo, foram analisados especificamente nas notas explicativas do Balanço Patrimonial.

Nota 25 – Transferências Financeiras Recebidas

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre não realiza arrecadação. Sua única fonte de recurso são sub-repasses do TSE. Tanto para cumprimento da execução do orçamento, como para execução dos restos a pagar.

Nota 26 – Recebimentos Extraorçamentários

Os itens desse grupo correspondem aos ingressos não previstos no orçamento, como os saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte e os restos a pagar inscritos no exercício. Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

I – Inscrição dos Restos a Pagar:

Os restos a pagar inscritos no exercício são classificados como recebimentos extraorçamentários, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da [Lei 4.320/1964](#).

- a) Inscrição dos Restos a Pagar Processados (R\$ 4.135,40). Valor significativamente inferior ao apresentado em 2020 (R\$ 355.446,63), decorrência direta do empenho em pagar todas as despesas já liquidadas, evitando-se a inscrição de restos a pagar.
- b) Inscrição dos Restos a Pagar não Processados (R\$ 3.918.421,10), número também inferior ao de 2020 (R\$ 10.935.777,13), mas ainda relevante, sobretudo por materiais permanentes encomendados, mas não entregues até o término do exercício, e despesas de pessoal:
 - a. Equipamentos de tecnologia e informação: R\$ 2.242.430,00 (biblioteca de fitas, appliance de backup, servidor rack e computadores/desktop);
 - b. Mobiliário: R\$ 314.308,00 (poltronas, mesas, estações de trabalho, gaveteiros e sofá)
 - c. Pessoal: R\$ 675.212,58 (pagamento a autoridades eleitorais – membros, juízes e promotores -, servidores e ressarcimento ao Estado do Acre por servidores requisitados).

II – Outros Recebimentos Extraorçamentários:

- a) Arrecadação de Outra Unidade, representa valores da arrecadação de guia de recolhimento da União, e imediatamente destinados (Dispêndios – Movimentos de SalDOS Patrimoniais), em regra, ao Fundo Partidário ou à Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota 27 – Despesas Extraorçamentárias

Correspondem aos dispêndios não previstos no orçamento, como os saldos de direitos no exercício corrente, para dispêndio no ano seguinte, e obrigações transferidas do exercício anterior, para pagamento no exercício em curso.

Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se:

- I. Pagamento dos Restos a Pagar Processados: R\$ 356.345,30;
- II. Pagamento dos Restos a Pagar não Processados: R\$ 8.682.073,25



Tribunal Regional Eleitoral do Acre